

TÊXTIL RENAUXVIEW S/A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS RELATIVAS AO TRIMESTRE FINDO EM 30 de setembro DE 2014

Valores expressos em milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia atua preponderantemente no ramo têxtil, principalmente na produção de fios de algodão para consumo próprio e tecidos planos de algodão. Suas ações são negociadas na Bovespa sob os códigos TXRX3 e TXRX4. Está sediada na cidade de Brusque-SC na Rua do Centenário nº 215.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

a) Declaração de conformidade em relação às normas IFRS e às normas do CPC

As presentes informações trimestrais incluem:

- i) As informações trimestrais consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- ii) As informações trimestrais individuais da controladora foram preparadas de acordo com o BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Financeiros - CPC e aprovados pela CVM.

As informações trimestrais individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para informações trimestrais separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e resultado da controladora em suas informações trimestrais individuais. Assim sendo, as informações trimestrais consolidadas da Companhia e as informações trimestrais individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de informações trimestrais.

A autorização para a conclusão destas informações trimestrais foi dada pela Administração da Companhia em 17 de outubro de 2014.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas financeiras adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das informações trimestrais são:

a) Base de consolidação

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais da Companhia e sua controlada Renauxview Ltda., onde o investimento corresponde a 99,99%.

As informações trimestrais da controlada são incluídas nas informações trimestrais consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas informações trimestrais individuais da controladora as informações financeiras da controlada, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre a empresa consolidada;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da empresa controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das informações trimestrais consolidadas.

b) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Informações trimestrais (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado.

c) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um

ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos:

i) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras.

ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente, com exceção dos depósitos judiciais.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

d) Caixa e equivalentes de caixa:

ii) Caixa e bancos conta movimento: incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor;

iii) Aplicações financeiras: estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras e referem-se a aplicações em renda fixa.

e) Contas a receber de clientes: são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante suficiente pela administração para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos. O saldo de contas a receber de clientes ainda está líquido do ajuste a valor presente.

f) Estoques: estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, o qual não supera o valor de mercado. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui os custos gerais de fabricação.

g) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de ganhos de capital no resultado.

ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

iv) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

h) Ativo intangível

i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia possui somente softwares como ativos intangíveis. Todos são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii) Ativos não financeiros

Os valores financeiros dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receita operacional - Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

l) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção também são contabilizados no resultado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Caixa	55	13	55	13
Bancos conta movimento	25	104	118	522
TOTAL	80	117	173	535

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Clientes	32.113	29.251	32.113	29.251
(-) Provisão para devedores duvidosos	(10.078)	(9.805)	(10.078)	(9.805)
(-) Ajuste a valor presente	(322)	(215)	(322)	(215)
TOTAL	21.713	19.231	21.713	19.231

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Produtos acabados	13.092	12.118	13.092	12.118
Produtos em elaboração	10.760	9.920	10.760	9.920
Materiais diretos	7.226	9.963	7.226	9.963
Materiais de consumo	2.522	2.470	2.522	2.470
Importação em Andamento	979	761	979	761
TOTAL	34.579	35.232	34.579	35.232

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

A Companhia mantém créditos fiscais de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido constituídos sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, respectivamente, os quais foram constituídos e apurados de conformidade com o Pronunciamento do IBRACON, aprovado pela Deliberação nº 273 de 27 de agosto de 1998, e Instrução nº 371 de 27 de junho de 2002 da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

	Controladora	
	30/09/2014	31/12/2013
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	946	1.074
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	340	387
TOTAL	1.286	1.461

8. ATIVOS NÃO OPERACIONAIS – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

A Companhia mantém contabilizado no realizável a longo prazo máquinas e equipamentos do setor de fiação, em função da redução das atividades deste setor. Estas máquinas estão à espera de uma decisão da administração, com relação à alienação e/ou reutilização das mesmas caso o cenário se modifique. Em 30 de setembro de 2014 o montante total destes ativos é de R\$ 668 mil (31/12/13 – R\$ 526 mil)

9. EMPRESA CONTROLADA

Participação em controlada

	Quantidade de Cotas		Porcentagem de		No Patrimônio		Participação	
	Cotas Possuídas		Participação		Líquido		no Resultado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Renauxview Ltda	99.998	99.998	99,99	99,99	297	143	154	(85)

10. IMOBILIZADO E INTAGÍVEL

a) Imobilizado

	Controladora				Consolidado	
	30/09/2014		31/12/2013		30/09/2014	31/12/2013
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos	1.002	-	1.002	1.002	3.051	3.051
Construções	-	-	-	-	-	-
Máquinas de Grande Porte	92.772	(52.032)	40.740	42.220	40.740	42.220
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	10.129	(6.158)	3.971	4.390	3.971	4.390
Veículos	949	(451)	498	552	498	552
Benfeitorias	261	-	261	109	261	109
Outras Imobilizações	1.622	(838)	784	653	784	653
Imobilizado em Andamento	1.012		1.012	446	1.012	446
Adiantamentos a Fornecedores	1.456		1.456	1.334	1.456	1.334
TOTAL	109.203	(59.479)	49.724	50.706	51.773	52.755

b) Intangível

	Controladora				Consolidado	
	30/09/2014		31/12/2013		30/09/2014	31/12/2013
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Direitos de Uso	1.102	(812)	290	334	290	334
Software em Andamento	1.380	-	1.380	1.193	1.380	1.193
TOTAL	2.482	(812)	1.670	1.527	1.670	1.527

11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS.

Até setembro de 2.014, foram mantidas corrigidas e constituídas provisões para valores fiscais passíveis de contestação, registradas no Passivo Circulante.

	Controladora e Consolidado	
	Circulante	
	30/09/2014	31/12/2013
Tributárias	77.838	49.978
TOTAL	77.838	49.978

12. PASSIVOS COM PARTES RELACIONADAS – CONTROLADORES E OUTROS

Estão registrados no balanço em Dívidas com Pessoas Ligadas, no Passivo não Circulante, os seguintes valores, referentes a controladores e partes relacionadas, que são avaliados pelos valores originais, acrescidos de juros contratuais:

	Controladora e Consolidado	
	Circulante	
	30/09/2014	31/12/2013
Controladores	16.603	15.747
Outras Partes Relacionadas	4.352	3.900
TOTAL	20.955	19.647

13. PARCELAMENTO CELESC

Em “Parcelamento Celesc”, no passivo não circulante, estão reconhecidos valores vincendos até o ano de 2.019, do contrato de reparcimento feito com a CELESC Distribuição S/A. Em 30 de setembro de 2.014, o saldo deste reparcimento no passivo não circulante era de R\$ 28.825 mil (31/12/13 R\$ 33.912 mil).

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTO

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Badesc - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina	14.126	13.607	-	-
Financiamento, atualizado segundo TJLP, com juros de 10,5% aa, amortização mensal do principal e juros, vencido em 25/07/2010. Garantia aval da diretoria, hipoteca de imóvel e alienação fiduciária de máquinas.				
Saldo negativo em contas correntes bancárias	103	95	-	-
Banco Daycoval	5.894	7.972	-	-
Empréstimos de capital de giro, com juros de CDI + 0,65% am	4.543	5.353		
Financiamento de máquina, juros de 11% ano	267	1.533		
EGF juros de 5,50% aa	1.084	1.086		
Banco Sofisa	4.564	5.988	-	-
Empréstimos de capital de giro, com juros de CDI + 0,60% am	4.564	5.988		
BANCO BIC	1.995	1.997	-	-
Financiamento de capital de giro, com juros médios mensais de 0,60% mais CDI	1.995	1.997		
BANCO SAFRA	2.000	3.962	-	-
Empréstimos de capital de giro juros médios de CDI + 0,69% a.m	2.000	3.962		
PML Petersen Matex	447	447	185	518
Financiamento de máquinas, 7% aa	447	447	185	518
Welowo C.V.	13.581	13.581		
Crédito cedido com diversas taxas de juros pactuados	13.581	13.581		
PICANOL	271	555	-	-
Financiamento de máquinas, com juros médios de 9% a.a.	271	555		
TOTAL	42.981	48.204	185	518

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Conforme estabelece a Instrução CVM nº 235/95, evidenciamos a seguir os valores dos instrumentos financeiros reconhecidos nas informações trimestrais de 30 de setembro de 2.014:

	Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	117	535
Clientes e outras contas a receber	24.921	24.713
Empréstimos e financiamentos	(43.166)	(48.722)
Fornecedores e outras contas a pagar	(6.347)	(6.603)
Obrigações com pessoas ligadas	(20.955)	(19.647)
TOTAL	(45.430)	(49.724)

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros acima correspondem substancialmente ao seu valor estimado de mercado. O investimento em controlada não possui negociação em Bolsa de Valores.

Derivativos Financeiros:

A companhia não atua nos mercados de derivativos, bem como não possui instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos no seu balanço patrimonial.

16. EMISSÃO DE DEBÊNTURES.

RENAUXVIEW

Em 30 de setembro de 2004, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a emissão para distribuição pública em série única de 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas da espécie quirográfica, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 40.000.000 (quarenta milhões de reais).

Em 30 de novembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a oferta das debêntures em nada seria afetada caso estas não fossem subscritas e integralizadas na sua totalidade. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição.

Em 15 de dezembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a manutenção da oferta estaria condicionada à subscrição e integralização, dentro do período legal de distribuição, de no mínimo 12.000 (doze mil) debêntures, equivalentes ao montante de R\$ 12.000.000 (doze milhões de reais) considerado o valor nominal unitário na data da emissão. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição. Em 28 de dezembro de 2004 a Comissão de Valores Imobiliários – CVM concedeu o registro da operação.

As características das debêntures são:

Valor nominal unitário: R\$ 1.000,00;

Vencimento final: 1º de setembro de 2010;

Atualização do valor nominal: base no IGP-M;

Pagamento do valor nominal: ocorrerá em cinco parcelas anuais conforme segue:

Parcela 1	-	1º de setembro de 2006	20% em relação ao total da emissão.
Parcela 2	-	1º de setembro de 2007	20% em relação ao total da emissão.
Parcela 3	-	1º de setembro de 2008	20% em relação ao total da emissão.
Parcela 4	-	1º de setembro de 2009	20% em relação ao total da emissão.
Parcela 5	-	1º de setembro de 2010	20% em relação ao total da emissão.

Pagamento da remuneração: semestralmente, a partir de 1º de março de 2005.

Remuneração: 0,8355 % ao mês

Foram negociadas 8.303 debêntures, as quais estão registradas nesta data pelo montante de R\$ 17.993 (31/12/2013 – R\$ 17.912).

A remuneração das debêntures foi paga até o mês de junho de 2006, e a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª parcelas, vencidas em setembro de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 não foram quitadas.

17. EQUACIONAMENTO FINANCEIRO

A administração vem tomando medidas para equacionar o passivo da Companhia. Os principais, que são tributários, estão sendo parcelados (a Companhia aderiu ao Refis, conforme nota explicativa nº 18), e os parcelamentos feitos anteriormente vem sendo cumpridos. O mesmo ocorre com dívidas com fornecimento de energia elétrica. Aumentar a venda produtos com maior valor agregado faz parte da estratégia da companhia assim como a intensificação de industrialização de fios por encomenda.

18. REFIS DA COPA – Lei 12.996/14 e MP 651/14.

RENAUXVIEW

A Companhia aderiu ao parcelamento de débitos tributários de que trata a Lei 12.996/14, a qual reabriu o REFIS da Lei 11.941/09, e possibilitou que as empresas pudessem parcelar débitos com vencimento até 31 de dezembro de 2013, bem como a quitação do saldo remanescente de multas e juros com saldos de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL.

Todas as reduções previstas em Lei foram contabilizadas em grupo específico no resultado do exercício, sendo seu efeito demonstrado da seguinte maneira (Consolidado – R\$ mil):

Descrição	Inicial	Reduções Lei 12.996/2014	Saldo após reduções	Compensação PF* e BCN**	Saldo
Principal	22.769	-	22.769	-	22.769
Multa	4.706	(2.789)	1.917	(1.827)	90
Juros	6.173	(1.556)	4.617	(4.617)	-
Encargos PGFN	6.167	(6.167)	-	-	-
Total	39.815	(10.512)	29.302	(6.444)	22.859

Além disso, foi facultado pela MP 651/2014 a possibilidade das empresas, após o pagamento da entrada de que trata o parcelamento da Lei 12.996/14, abater 70% do saldo dívida (inclusive o próprio principal) com saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL, sendo que o restante da dívida tributária, 30%, deverá ser pago em espécie.

A RFB através da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15 entendeu que o pagamento em espécie de que trata a MP 651/14 deverá ser feito integralmente até o dia 28 de novembro de 2014.

A Companhia, com base em pareceres emitidos pelos seus assessores jurídicos, impetrou medida judicial alegando que é ilegal a exigência do pagamento dos 30% da dívida até 28/11/14 uma vez que esta disposição foi imposta pela RFB através de portaria, não estando a sua exigência explícita na MP 651/2014.

Desta forma, a administração da Companhia optou por já efetuar a contabilização da redução dos débitos tributários (70%) com saldos de prejuízos fiscais e saldo negativo da CSLL, totalizando o montante de (Consolidado – R\$ mil):

Modalidade	Dívida após antecipação 12.996/14	Compensação 70% PF* e BCN**	Saldo a recolher 30%
Parcelamento Lei 12.996/14	18.694	13.086	5.608
Parcelamento Lei 11.941/09	40.679	28.475	12.204
Total	59.372	41.561	17.812

19. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para a salvaguarda de seus ativos, com base em levantamentos especializados, considerando a natureza e grau de risco para cobrir eventuais



sinistros. A cobertura de seguros abrange riscos diversos sobre edificações, maquinários, móveis e equipamentos, danos pessoais, responsabilidade civil, veículos e lucros cessantes. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA

Presidente

HEITOR RODOLFO DE SOUZA

Conselheiro

JAIR PACHECO

Conselheiro

DIRETORIA:

ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA

Diretor presidente

MARCIO LUIZ BERTOLDI

Diretor de Relações com Investidores

CONTADORA:

MARTA CASTELLI

CRC SC 023.517/O-3